



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	11070.001393/2010-41
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2201-003.446 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	08 de fevereiro de 2017
<b>Matéria</b>	EXCLUSÃO SIMPLES - CONTRIBUIÇÕES PARA TERCEIROS - REMUNERAÇÃO DECLARADA EM FOLHA PAGAMENTO
<b>Recorrente</b>	RÁDIO REGIONAL LTDA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/07/2007 a 31/05/2010

EXCLUSÃO DO SIMPLES. MATÉRIA OBJETO DE PROCESSO DIVERSO JÁ JULGADO.

Estando definitiva a decisão que excluiu a contribuinte da sistemática do SIMPLES, não cabe a rediscussão da referida matéria no processo administrativo cujo objeto é o lançamento de créditos decorrentes de tal exclusão. Referido processo de lançamento de créditos pode ter seu trâmite em concomitância com o processo em que se discute a exclusão do SIMPLES, uma vez que é dever da autoridade fiscal realizar o lançamento a fim de evitar a decadência. Matéria sumulada pelo CARF (Súmula nº 77).

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS - TERCEIROS (SALÁRIO-EDUCAÇÃO, SESC, SEBRAE E INCRA) INCIDENTES SOBRE REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS.

As optantes pelo SIMPLES são dispensadas do pagamento das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo (art. 13, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006). Quando a contribuinte foi excluída do SIMPLES, passou a ser sujeito passivo das contribuições destinadas a Terceiros incidentes sobre o salário contribuição pagos aos empregados segurados, no período englobado pelo ato de sua exclusão.

Portanto, no período fiscalizado, a contribuinte sujeitou-se à apuração e recolhimento dos tributos em conformidade com as normas gerais de incidência, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 123/2006. Ao verificar que não houve o recolhimento referidas das contribuições (até porque a contribuinte encontrava-se sob a sistemática do SIMPLES), a autoridade fiscal tinha o dever de efetuar o lançamento, como de fato o fez.

Não há qualquer irregularidade cometida pela autoridade lançadora, visto que esta agiu corretamente ao enquadrar o lançamento nos diversos dispositivos legais atinentes às contribuições destinadas a Terceiros, aplicáveis ao caso concreto (Salário-Educação, SESC, SEBRAE e INCRA), tendo em vista a exclusão da contribuinte da sistemática do SIMPLES.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

*Assinado digitalmente*

Carlos Henrique de Oliveira - Presidente.

*Assinado digitalmente*

Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim - Relator.

EDITADO EM: 20/02/2017

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Henrique de Oliveira, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Daniel Melo Mendes Bezerra, Dione Jesabel Wasilewski, José Alfredo Duarte Filho (suplente convocado), Marcelo Milton da Silva Risso e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim.

## Relatório

Cuida-se de Recurso Voluntário de fls. 48/53, interposto contra decisão da DRJ no Rio de Janeiro/RJ, de fls. 33/42, que julgou procedente o lançamento de Contribuições destinadas à Outras Entidades e Fundos - Terceiros (Salário-Educação, SESC, SEBRAE e INCRA) de fls. 3/24 dos autos (DEBCAD 37.290.239-1), lavrado em 16/07/2010, relativo ao período de 07/2007 a 05/2010, com ciência da RECORRENTE em 20/07/2010 (fl. 3).

O crédito tributário objeto do presente processo administrativo foi apurado no valor de R\$ 7.475,98 (sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos), já inclusos juros de mora (até o mês da lavratura) e a correspondente multa (ora aplicada no percentual de 24% até o período de 11/2008 e no percentual de 75%, a partir do período de 12/2008, nos termos da legislação vigente).

Em princípio, importante esclarecer que, além do presente lançamento, foram emitidos mais dois débitos decorrentes da mesma ação fiscal: (i) DEBCAD 37.290.240-5 (processo nº 11070.001394/2010-96), referente à Contribuições da empresa para financiamento do Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS e dos benefícios em razão da incapacidade laborativa - RAT; e (ii) DEBCAD 37.290.241-3 (processo nº 11070.001395/2010-31), referente à AI CFL 38, conforme aponta o o Relatório Fiscal de fls. 23/24.

Assim, o presente processo tornou-se apenso do processo nº 11070.001394/2010-96, nos termos do termo de juntada de processo de fl. 25.

Ainda de acordo com o Relatório Fiscal, a RECORRENTE foi excluída do SIMPLES NACIONAL através do Ato Declaratório nº 090, de 08 de julho de 2010, com efeitos a partir de 1º de julho de 2007, por ter "*oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estava obrigada (...) consoante informações contidas no processo administrativo nº 11070.001282/2010-35*" (documento encontra-se acostado à fl. 29 do processo principal nº 11070.001394/2010-96).

Neste sentido, com base nas folhas de pagamento, foi apurado o total das remunerações pagas ou creditadas, ao longo do período fiscalizado, aos segurados empregados (fato gerador da obrigação) e, para evitar a decadência, foram realizados os lançamentos das contribuições destinadas a Outras Entidades e Fundos - Terceiros (Salário-Educação, SESC, SEBRAE e INCRA), na alíquota de 4,5% sobre o salário de contribuição dos segurados empregados que prestam serviços à RECORRENTE.

Os valores que serviram de base para o lançamento das contribuições acima constam do Relatório de Lançamento - RL (fls. 17/20) e do Discriminativo de Débitos - DD (fls. 7/13).

## DA IMPUGNAÇÃO

De acordo com o ato de fl. 26, a DRJ de origem verificou que a RECORRENTE havia apresentado defesa nos autos do processo nº 11070.001394/2010-96 (principal), onde impugnou o lançamento objeto do presente processo. Assim, foi determinada a baixa dos autos para que a cópia da defesa fosse acostada ao presente processo.

Assim, constatou-se que, em 19/08/2010, a RECORRENTE apresentou, tempestivamente, sua impugnação de fls. 27/32, por meio da qual expôs, em síntese, a seguinte matéria de defesa:

- Que as empresas enquadradas no SIMPLES são dispensadas de diversas obrigações contábeis, bastando, por exemplo, que escriturem livro-caixa. Tal realidade deveria ser conhecida pela fiscalização;

- Suscita que o prazo de 5 (cinco) dias, exigido no termo de inicio de fiscalização para apresentação de documentos, foi muito exíguo, de modo sua defesa ficou prejudicada;

- Afirma que o servidor não deve extrapolar na interpretação da lei para criar uma situação de exclusão da empresa do SIMPLES;

- Esclarece que não houve embaraço à fiscalização, uma vez que atendeu a todas as intimações. Que o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação dos documentos denotou uma pré-decisão da fiscalização de dificultar sua defesa;

- Informa que escritura o Livro Caixa, e que não apresentou o Livro Diário e o Livro Razão por estar legalmente desobrigada de tê-los. Entende que deveria lhe ter sido dada a oportunidade para corrigir eventuais falhas na escrituração do Livro Caixa;

- Alega que o relatório fiscal da Infração está em desacordo com os fundamentos da exclusão constantes do Ato Declaratório, por constar que a empresa "deixou de apresentar o Livro Diário e Razão ou Caixa, os documentos contábeis com a movimentação financeira, do período solicitado, conforme justificativa em resposta em anexo alegando não possuir os livros". Afirma ter apresentado tudo o que lhe foi solicitado, exceto os livros Diário e Razão, pois não tinha obrigação de escriturá-los;

- No Ato Declaratório de Exclusão do SIMPLES, foi incluído o termo "este" antes da expressão "não permitir", o que teria alterado a fundamentação legal;

- Afirma que as Folhas de Pagamento foram apresentadas à fiscalização, perdendo significado a apresentação de outros comprovantes de despesas, como as de energia elétrica, o que reforça a sua suspeita de que a motivação da ação fiscal não focava na apuração de contribuições previdenciárias, mas sim no desenquadramento da RECORRENTE do SIMPLES Nacional.

- Em relação à movimentação financeira, menciona que apenas se fosse intimada deveria apresentar tais documentos, e que as autoridades fiscais não deram oportunidade de corrigir seus registros, não lhe garantido a ampla defesa;

- Com o objetivo de fundamentar as razões apresentadas na peça de defesa, interpreta a legislação pertinente, indica princípios constitucionais que supostamente foram violados e faz referências a entendimentos doutrinários e jurisprudenciais em seu favor.

- Por fim, conclui o seguinte:

*"Da análise de todo exposto, extrai-se que os prazos estipulados para o atendimento das solicitações eram curtos, em sua justificativa altera a letra da lei, o que acarreta uma nova interpretação legal, requereu livros os quais a empresa não está obrigada a tê-los; no relatório fiscal da infração apenas alegou que a empresa fez uma declaração que não possuía os livros os quais não está obrigada a ter; portanto, o procedimento fiscal está eivado de atitudes arbitrárias, equivocadas e tem caráter puramente arrecadatório para os cofres públicos.*

*Mas em caso de interpretação contrária, requer seja mantida a opção do Simples Nacional, caso contrário inviabilizara competitividade da empresa, aumentando os custos dos quais são repassados aos clientes, encarecendo o preço final em relação às demais empresas do ramo que são beneficiadas pela redução dos impostos deste regime de tributação diferenciado ou ainda das tantas rádios piratas que assolam o ramo.*

*À vista do exposto, demonstrada a insubstância e improcedência da ação fiscal, espera e requer a impugnante seja acolhida a presente impugnação para o fim de assim decidido, cancelando-se o débito fiscal reclamado."*

## DA DECISÃO DA DRJ

A DRJ, às fls. 33/42 dos autos, julgou procedente o lançamento, conforme acórdão com a seguinte ementa:

**ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES**

Período de apuração: 01/07/2007 a 31/05/2010

**CONTRIBUIÇÕES PARA TERCEIROS - SALÁRIO-EDUCAÇÃO, INCRA, SESC, SEBRAE**

As contribuições da empresa para financiamento de Terceiros são calculadas mediante a aplicação das correspondentes alíquotas sobre o salário-de-contribuição mensal dos segurados empregados.

Fase de auditoria. Inocorrência de Cerceamento de Defesa. Não ofensa ao Princípio do Devido Processo Legal e do Contraditório.

*Os procedimentos no curso da auditoria fiscal, cujo início foi regularmente cientificado ao Contribuinte, não determinam nulidade, por cerceamento ao direito de defesa ou ofensa ao princípio do contraditório, do auto de infração correspondente, pois tais direitos só se estabelecem com a instauração da fase litigiosa por meio da impugnação à autuação, ainda mais quando todos os fatos que motivaram a autuação estão devidamente historiados nos autos.*

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

Nas razões do voto do referido julgamento, rebateu, uma a uma, as alegações da RECORRENTE, mantendo o lançamento de Contribuições destinadas a Terceiros.

**DO RECURSO VOLUNTÁRIO**

A RECORRENTE, devidamente intimada da decisão da DRJ em 29/04/2011, conforme faz prova o “Aviso de Recebimento” de fl. 44, postou nos Correios o seu recurso voluntário de fls. 48/53 em 26/05/2011 (fl. 46).

Em suas razões de recurso, a RECORRENTE resumiu os documentos e explicações solicitados pela fiscalização por meio dos termos de intimações fiscais, ademais reiterou as afirmações de sua impugnação.

**DA CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA**

Ao analisar o Recurso Voluntário da RECORRENTE, a 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção deste CARF verificou que, “conforme informação na decisão de primeira instância, o presente lançamento foi realizado para prevenir decadência, enquanto não se torna definitivo o processo de exclusão do Simples Nacional”.

Neste sentido, considerando a relação de prejudicialidade entre este processo e o trata da exclusão da RECORRENTE do SIMPLES, decidiu por converter o julgamento em

diligência para verificar se já houve o julgamento do processo nº 11070.001282/2010-35, conforme decisão acostada às fls. 56/57.

Assim, foi acostado aos autos cópia do acórdão proferido em 12/04/2012 pela 1<sup>a</sup> Turma Especial da 1<sup>a</sup> Seção do CARF, quando do julgamento do processo nº 11070.001282/2010-35 (fls. 58/65), o qual concluiu pela exclusão da RECORRENTE da sistemática do SIMPLES, conforme ementa abaixo transcrita:

**"ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL**

*Exercício: 2008*

**PROCEDIMENTO DE OFÍCIO. INTIMAÇÃO PRÉVIA. DISPENSABILIDADE.**

*O procedimento de ofício pode ser realizado sem prévia intimação ao sujeito passivo, nos casos em que a Administração Tributária dispuser de elementos suficientes à constituição do crédito tributário.*

**NULIDADE. ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO.**

*No caso de o enfrentamento das questões na peça de defesa denotar perfeita compreensão da descrição dos fatos que ensejaram o procedimento e estando a decisão motivada de forma explícita, clara e congruente, não há que se falar em nulidade dos atos em litígio.*

**EXCLUSÃO DE OFÍCIO. DEVER FUNCIONAL.**

*No caso de a pessoa jurídica optante incorrer em hipótese legal de vedação e não comunicar espontaneamente o fato, há exclusão de ofício mediante emissão do termo pela autoridade competente, sob pena de responsabilidade funcional.*

**OPÇÃO. REQUISITOS. ESCRITURAÇÃO.**

*O Simples Nacional é uma opção da pessoa jurídica para todo ano-calendário, desde que observados os requisitos legais, inclusive no que se refere à escrituração do Livro Caixa com a movimentação financeira, inclusive bancária.*

**OPÇÃO. CAUSA IMPEDITIVA LEGAL.**

*A legislação expressamente não admite o recolhimento dos tributos na forma do Simples Nacional pela microempresa ou empresa de pequeno porte que ter oferecido embaraço à fiscalização.*

**DOUTRINA.JURISPRUDÊNCIA.**

*Somente devem ser observados os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais para os quais a lei atribua eficácia normativa.*

**INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.**

*O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária."*

---

Este recurso voluntário compôs lote sorteado para este relator em Sessão Pública.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim

O recurso voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos legais, razões por que dele conheço.

### **Da exclusão da RECORRENTE da sistemática do SIMPLES. Questão objeto do processo nº 11070.001282/2010-35.**

Conforme exposto no relatório acima, a RECORRENTE teve sua exclusão da sistemática do SIMPLES Nacional por decisão da 1<sup>a</sup> Turma Especial da 1<sup>a</sup> Seção do CARF, proferida nos autos do processo nº 11070.001282/2010-35 em 12/04/2012.

Portanto, encontra-se superada a questão pela qual o processo foi baixado em diligência pela 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 3<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção deste CARF, uma vez que o entendimento da autoridade julgadora foi, corretamente, de que a exclusão (ou não) da RECORRENTE do sistema simplificado de arrecadação era fundamental para a manutenção do presente lançamento.

Em consulta ao andamento processual, não constatei qualquer recurso interposto pela RECORRENTE em face do acórdão proferido nos autos do processo nº 11070.001282/2010-35. Assim, estando definitiva a decisão que excluiu a RECORRENTE do SIMPLES, passo a analisar o lançamento das contribuições previdenciárias objeto do presente processo.

### **Do lançamento de contribuições previdenciárias como ato reflexo à exclusão da RECORRENTE da sistemática do SIMPLES.**

Conforme expõe o Ato Declaratório DRF/SAO nº 090, de 08 de julho de 2010 (documento encontra-se acostado à fl. 29 do processo principal nº 11070.001394/2010-96), a exclusão da RECORRENTE da sistemática do SIMPLES gerou efeitos a partir de 1º de julho de 2007. Neste sentido, a fim de prevenir a extinção de possível crédito pela decadência, a autoridade lançadora instaurou fiscalização perante a RECORRENTE justamente no período abrangido pelo Ato Declaratório de exclusão e o Termo de Início de Procedimento Fiscal datado de 08/06/2010 (fl. 24), qual seja, de 07/2007 a 05/2010.

É sabido que a RECORRENTE tinha prazo para recorrer do ato de exclusão do SIMPLES. No entanto, importante observar que o presente lançamento foi realizado a fim de prevenir a decadência do crédito tributário, o que findaria por extinguir o crédito da Fazenda pelo decurso do prazo de constituir seu direito.

Saliente-se que a possibilidade de efetuar o lançamento decorrente de exclusão do SIMPLES enquanto se discute a legalidade do Ato Declaratório de exclusão é matéria sumulada por este CARF, nos termos da Súmula nº 77:

*"Súmula CARF nº 77: A possibilidade de discussão administrativa do Ato Declaratório Executivo (ADE) de exclusão do Simples não impede o lançamento de ofício dos créditos tributários devidos em face da exclusão."*

Conforme Termo de Início de Procedimento Fiscal (fl. 26), a fiscalização examinou, dentre outros documentos, as folhas de pagamento da RECORRENTE. Por óbvio, munida dos valores de salários de contribuição dos segurados empregados da RECORRENTE, a autoridade fiscal tinha o poder/dever de efetuar o lançamento caso fosse constatada qualquer irregularidade, desde que respeitado o prazo decadencial de 05 (cinco) anos, uma vez que a atividade de lançamento é vinculada e obrigatória, devendo a autoridade fiscal agir conforme estabelece a lei, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do art. 102 do Código Tributário Nacional – CTN:

*"Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

*Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional."*

Neste sentido, o art. 32 da Lei Complementar nº 123/2006 (que instituiu o SIMPLES) prevê que as empresas excluídas da sistemática simplificada de arrecadação sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas:

*Art. 32. As microempresas ou as empresas de pequeno porte excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.*

Portanto, quando a RECORRENTE foi excluída do SIMPLES, ela passou a ser contribuinte das contribuições previdenciárias incidentes sobre o salário contribuição pagos aos seus empregados segurados, a partir de 07/2007 (alcance do Ato Declaratório de exclusão do SIMPLES). Ao verificar que não houve o recolhimento das contribuições de custeio (até porque a RECORRENTE encontrava-se sob a sistemática do SIMPLES), a autoridade fiscal tinha o dever de efetuar o lançamento, como de fato o fez.

Consequentemente, foram calculadas, sobre a folha de salários da RECORRENTE, as seguintes contribuições destinadas a Outras Entidades e Fundos - Terceiros (fls. 14/16):

- Salário-Educação, à alíquota de 2,5% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, nos termos do art. 15 da Lei nº 9.424/1996;

- INCRA, à alíquota de 0,2% sobre o salário de contribuição, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei nº 2.613/55, com a modificação do art. 35, § 2º, item VIII, da Lei nº 4.863/65, c/c o art. 1º, inciso I, item 2, do Decreto-Lei nº 1.146/70;
- SESC, à alíquota de 1,5% sobre o montante da remuneração paga aos empregados, nos termos do art. 3º, do Decreto-Lei nº 9.853/46 c/c o art. 30 da Lei nº 8.036/90 e art. 1º do Decreto-Lei 2.318/86;
- SEBRAE, à alíquota de 0,3% sobre o montante da remuneração paga aos empregados, nos termos do art. 8º, §3º, da Lei nº 8.029/90 e art. 1º do Decreto-Lei 2.318/86.

Neste sentido, as contribuições lançadas por meio do presente processo administrativo totalizaram a alíquota de 4,5% sobre o salário de contribuição pagos pela RECORRENTE aos seus empregados.

Em sua defesa (tanto na Impugnação como no Recurso Voluntário) a RECORRENTE não apresenta qualquer argumento ou provas no sentido de desconstituir ou modificar o presente lançamento. Não confronta o valor do salário contribuição utilizado como base de cálculo para o presente lançamento nem a ocorrência dos referidos pagamento. Simplesmente limita-se a apresentar argumentos de defesa a respeito de sua exclusão do SIMPLES.

Ora, conforme bem observado pela decisão da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção deste CARF, que baixou o processo em diligência, todo o argumento de defesa baseia-se na exclusão do regime simplificado. Assim, tendo em vista que a 1ª Seção do CARF, ao julgar o processo nº 11070.001282/2010-35, concluiu pela exclusão da RECORRENTE da sistemática do SIMPLES (fls. 58/65), entendo que o objeto do presente processo se limita a observar a regularidade do lançamento e ao correto cálculo das contribuições.

Desta forma, não há qualquer irregularidade cometida pela autoridade lançadora, visto que esta agiu corretamente ao enquadrar o lançamento nos diversos dispositivos legais atinentes às contribuições destinadas a Terceiros, aplicáveis ao caso concreto (fls. 14/16):

Argumentos de defesa atinentes à exclusão da RECORRENTE da sistemática do SIMPLES são de competência da 1ª Seção do CARF e foram devidamente analisados quando do julgamento do processo nº 11070.001282/2010-35, conforme dispõe o art. 2º, V, do Anexo II do Regimento Interno do CARF (aprovado pela Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015):

*"Art. 2º À 1ª (primeira) Seção cabe processar e julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de 1ª (primeira) instância que versem sobre aplicação da legislação relativa a:*

(...)

*V - exclusão, inclusão e exigência de tributos decorrentes da aplicação da legislação referente ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) e ao tratamento*

*diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação (Simples- Nacional);"*

Portanto, não cabe aqui, no presente processo, rediscutir tais argumentos.

Ademais, entendo que o recolhimento mediante a sistemática do SIMPLES não engloba as contribuições devidas a Outras Entidades e Fundos - Terceiros (Salário-Educação, SESC, SEBRAE e INCRA). É que, de acordo com o art. 13, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, as empresas optantes pelo SIMPLES são **dispensadas** do pagamento das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo:

*Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:*

(...)

*§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam **dispensadas** do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.*

Ou seja, as contribuições destinadas a terceiros **não** estão englobadas na sistemática do SIMPLES, ao contrário contribuições previstas no art. 22 da Lei nº 8.212/91 (contribuição patronal e RAT incidentes sobre remunerações de empregados - objeto do processo nº 11070.001394/2010-96). Portanto, não há qualquer valor a ser deduzido do crédito objeto do presente processo, razão pela qual é inaplicável a Súmula nº 76 do CARF.

Assim, entendo que deve ser mantido o presente lançamento, pois encontra-se de acordo com a legislação de regência bem como foi respeitado o devido processo legal.

## Conclusão

Em razão do exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso voluntário.

*Assinado digitalmente*

Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim - Relator

